

# Conflitualidade e questão agrária: os modelos de desenvolvimento para o espaço agrário latino-americano

**Lorena Izá Pereira**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.  
e-mail: iza.pereira@unesp.br

**Estevan Leopoldo de Freitas Coca**

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil.  
e-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

**Camila Ferracini Origuéla**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.  
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

## Resumo

A questão agrária é multidimensional, multiescalar e envolve tanto momentos de conflito, bem como de conflitualidade. A questão agrária também está inserida no debate paradigmático – Paradigma da Questão Agrária e Paradigma do Capitalismo Agrário – em que ambos propõem modelos de desenvolvimento para o espaço agrário. Desde a década de 1990, o espaço agrário latino-americano é alvo da expansão de políticas neoliberais que incentivam o agronegócio pautado na produção de *commodities* para a exportação. Ao mesmo tempo, o campesinato e demais povos tradicionais da América Latina se organizam em movimentos socioterritoriais e promovem práticas de desenvolvimento contra-hegemônicas, ordenadas pela reforma agrária popular, agroecologia, soberania alimentar, educação do campo, entre outros. Estes modelos de desenvolvimento estão em conflito e em permanente conflitualidade, conformando o espaço agrário latino-americano.

**Palavras-chave:** Debate paradigmático; agronegócio; campesinato; movimentos sociais.

## Conflictiveness and agrarian question: development models for the Latin American agrarian space

### Abstract

The agrarian question is multidimensional, multiscale and involves both moments of conflict, as well as conflict. The agrarian question is also part of the paradigmatic debate - Paradigm of the Agrarian Question and Paradigm of Agrarian Capitalism - in which both propose development models for the agrarian space. Since the 1990s, the Latin American agrarian space has been the target of the expansion of neoliberal policies that encourage agribusiness based on the production of commodities for export. At the same time, the peasantry and other traditional peoples of Latin America are organized into socio-territorial movements and promote counter-hegemonic development practices, ordered by popular land reform, agroecology, food sovereignty, rural education, among others. These development models are in conflict and in constant conflict, shaping the Latin American agrarian space.

**Keywords:** Paradigmatic debate; agribusiness; peasantry; social movements.

## **Conflictualidad y cuestión agraria: modelos de desarrollo para el espacio agrario latinoamericano**

### **Resumen**

La cuestión agraria es multidimensional, multiescala e involucra tanto momentos de conflicto como de conflicto. La cuestión agraria también es parte del debate paradigmático: Paradigma de la cuestión agraria y Paradigma del capitalismo agrario, en el que ambos proponen modelos de desarrollo para el espacio agrario. Desde la década de 1990, el espacio agrario latinoamericano ha sido el objetivo de la expansión de las políticas neoliberales que fomentan los agronegocios basados en la producción de productos para la exportación. Al mismo tiempo, el campesinado y otros pueblos tradicionales de América Latina se organizan en movimientos socioterritoriales y promueven prácticas de desarrollo contrahegemónicas, ordenadas por la reforma agraria popular, la agroecología, la soberanía alimentaria, la educación rural, entre otros. Estos modelos de desarrollo están en conflicto y en conflicto constante, dando forma al espacio agrario latinoamericano.

**Palabras clave:** Debate paradigmático; agronegocio; campesinado movimientos sociales.

### **Introdução**

Como já reforçamos em edições anteriores, organizar um número de um periódico, mesmo que este possua um escopo claramente definido, é um desafio notável. Isso porque, a questão agrária, debate sobre o qual a Revista NERA se debruça, é um objeto amplo, multiescalar, multidimensional e que abrange não só o campo e o espaço rural, mas a cidade, o espaço urbano, as políticas públicas, envolvendo não apenas o conflito, mas a conflitualidade (FERNANDES, 2008). Considerando que há uma multiplicidade do pensamento sobre a Geografia Agrária (CAMPOS e FERNANDES, 2012), as diferentes temáticas relacionadas a questão agrária estão inseridas no debate paradigmático: Paradigma da Questão Agrária (PQA) e Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Embora a Revista NERA esteja nitidamente vinculada ao PQA, ou seja, entende a questão agrária como estrutural ao capitalismo e que apenas será superada com o fim deste modo de produção (VINHA e FERNANDES, 2019), os resultados de pesquisas apresentados neste número versam sobre as diferentes tendências do Paradigma da Questão Agrária.

Neste sentido, a temática que conduz o número 53 da Revista NERA é o conflito e a conflitualidade gerados pela disputa do território material e imaterial, pelo certame entre os diferentes modelos de desenvolvimento para o espaço agrário latino-americano. Os artigos aqui apresentados contribuem para o debate desde o modelo de desenvolvimento hegemônico, promovido pelo agronegócio até o modelo de desenvolvimento contra-hegemônico, proposto e praticado por diferentes sujeitos, especialmente pelos movimentos socioterritoriais. Esta apresentação está estruturada em duas seções. Em um primeiro momento abordaremos o debate paradigmático, pautado no Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e no Paradigma da Questão Agrária (PQA) e modelos de desenvolvimento para

o espaço agrário. Por fim, serão expostas brevemente as contribuições dos quinze artigos que compõem o número 53 da Revista NERA.

## **A questão agrária e o debate paradigmático**

Segundo Kuhn (1994, p. 13), os paradigmas são “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes da ciência”. Os paradigmas são abordados como visões de mundo, que possuem interesses, discursos e ideologias. Fernandes (2013) aponta os paradigmas como expressões e representações da materialidade e da imaterialidade. Caminhando além, paradigmas são construções mentais e que contribuem para a elaboração de leituras sobre o campo, desde universidades, governos, empresas e movimentos socioterritoriais. Relacionado a questão agrária, Felício (2011, p. 13) justifica o método de análise do debate paradigmático pelo “seu impulso principal ao confrontar as teorias e as análises das transformações engendradas pela expansão capitalista na agricultura. Insistimos na imprescindibilidade do debate paradigmático por causa da complexidade da questão agrária”.

Aqui nos pautamos nos dois paradigmas para compreender a questão agrária: Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária (PQA) (FELÍCIO, 2011; VINHA, 2012 e FERNANDES, 2013). Para o Paradigma do Capitalismo Agrário<sup>1</sup>, a questão agrária é algo conjuntural e pode ser superada com a integração do camponês ao mercado, ou melhor, com a integração do agricultor familiar ao mercado. Entende-se que os conflitos no campo são uma barreira ao desenvolvimento da agricultura capitalista, todavia, como aborda Fernandes (2013), o PCA não entende o capitalismo como obstáculo ao desenvolvimento da agricultura camponesa. Esse paradigma utiliza o conceito de agricultor familiar ao invés de camponês, como se o camponês, “por não ser um agricultor profissional, é asfixiado pelo desenvolvimento do capitalismo e então, para sobreviver, ele precisa se converter em agricultor familiar” (FERNANDES, 2010, p. 520).

O Paradigma da Questão Agrária<sup>2</sup> entende que a questão agrária é estrutural do capitalismo e só será superada com o fim deste modo de produção. A resistência é a marca deste paradigma, o camponês resiste na terra, que é o seu território. O camponês ocupa e

---

<sup>1</sup> O primeiro autor a escrever sobre o tema foi o sociólogo francês Henri Mendras, que em 1967 publicou o livro “*Le fin des paysans*”, traduzido para o português como “O fim dos camponeses”, em que sustenta que o modelo camponês clássico estaria perdendo sua significação e importância, mas que estes continuam a se reproduzir nas sociedades atuais a partir da integração. No Brasil, um dos grandes precursores do PCA é Ricardo Abramovay através da publicação do livro “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão” (1992).

<sup>2</sup> Os precursores do PQA são Karl Kautsky, com a publicação do livro “Questão Agrária” (1899), Vladimir Lenin através da obra “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” (1899) publicou o livro intitulado “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” e Alexander Vasilovich Chayanov com o livro “A organização da Unidade Econômica Campesina” (1925).

luta pelo seu direito de acesso à terra, de estar na terra, é uma luta por território, pelo território de moradia, pelo território de reprodução da família, pela sua história. O camponês resiste, uma vez que a integração é condição de continuidade e ele não deseja isso, a luta é pela mudança. Para este paradigma, o camponês não vende a sua força de trabalho, a lucratividade não é o foco principal da Questão Agrária.

A partir dos modelos de desenvolvimento territorial para o espaço agrário que surge o debate paradigmático. Os conflitos territoriais entre camponeses (e demais povos e comunidades tradicionais) e agronegócio representam o enfrentamento entre os diferentes modelos de desenvolvimento, que são hegemônicos e contra-hegemônicos. Frequentemente, o Paradigma do Capitalismo Agrário impõe modelos de desenvolvimento para o espaço agrário, esta imposição gera conflitos e resistências que, por sua vez, resultam em modelos de desenvolvimento contra-hegemônicos.

É disseminado pela grande mídia, empresas e instituições multilaterais que apenas o capitalismo agrário elabora projetos que promovem o desenvolvimento no campo, o desenvolvimento da agricultura, do agricultor familiar e, até mesmo, das relações de trabalho. Isso ocorre por diversos fatores, desde a influência da mídia e até mesmo porque os governos latino-americanos<sup>3</sup>, em todas as suas escalas de atuação, estão dominados pela lógica do capitalismo agrário. Quem está no poder, no centro das decisões e de elaboração de projetos e políticas públicas são os próprios latifundiários e empresas do agronegócio. É um Estado capturado (GEOGHEGAN, 2017).

O modelo de desenvolvimento hegemônico defendido pelo Paradigma do Capitalismo Agrário expressa através do agronegócio, que atua especialmente na produção de *commodities* para a exportação; dos grandes projetos de desenvolvimento, entendidos como “atividades e empreendimentos de proporção (econômica e física) significativa e que são extensivamente e intensivamente impactantes a uma dinâmica regional” (ALENTEJANO e TAVARES, 2019, p. 194), tais como projetos de mineração, de infraestrutura e até mesmo, de monoculturas. Estes projetos são, muitas vezes, promovidos pelo Estado a partir de uma demanda estrangeira, como o caso da Áreas de Interesse do Desenvolvimento Rural, Econômico e Social (ZIDRES) na Colômbia, analisado no artigo de Juanita Cuellar Benavides, presente neste número. Em âmbito da agricultura familiar, este modelo de desenvolvimento se expressa por meio de políticas públicas que visam a integração do agricultor ao mercado, como se a submissão deste ao capital fosse a melhor maneira de resolver os problemas presentes no campo brasileiro, através do discurso de modernização e de inovação.

O modelo de desenvolvimento proposto pelo Paradigma da Questão Agrária, que chamamos aqui de contra-hegemônico, considera os conflitos existentes no espaço agrário.

---

<sup>3</sup> Na segunda fase neoliberal (FERNANDES, 2019).

Suas políticas caminham no sentido de fortalecimento do campesinato, da agroecologia, da soberania alimentar e da reforma agrária. Considera a ocupação de terra como uma intensa maneira de acesso à terra, pois ela caminha contra a lógica do agronegócio. No número 53 da Revista NERA, os temas que aparecem nesse sentido estão relacionados a agroecologia, a educação do campo, aos movimentos socioterritoriais transnacionais e a emergência do Feminismo Camponês e Popular.

Na América Latina, a consolidação do agronegócio ocorre sobretudo a partir de década de 1990, com o avanço do neoliberalismo (RUBIO, 2001). O modelo de desenvolvimento hegemônico tem sido pautado na produção de *commodities* para exportação, especialmente aquelas ditas flexíveis<sup>4</sup>, como cana-de-açúcar no Brasil (PITTA, LEITE e KLUCK, 2020); palma da Guatemala (ALONSO-FRADEJAS, LIU, SALERNO e XU, 2016) e soja na chamada “república unida de la soja”, regionalização proposta em 2003 pela Syngenta e que engloba porções do Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai (TURZI, 2011; GRAIN, 2013). Este modelo de desenvolvimento é caracterizado pelo uso intensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas, que contaminam o meio ambiente e envenenam populações rurais de todas a América Latina. Ademais, propicia a desterritorialização, aumenta o desemprego e a concentração. Diante deste cenário, camponeses e demais comunidade tradicionais resistem e criam modelos contra-hegemônicos pautados na luta pela terra, na segurança e soberania alimentar, agroecologia e na reforma agrária popular, promovida de baixo para cima.

## **Sobre os artigos**

O número 53 da Revista NERA está composto por quinze artigos que trazem análises sobre a questão agrária a partir de diferentes escalas e perspectivas, nos permitindo explorar como o agronegócio tem se colocado como modelo de desenvolvimento hegemônico e, ao mesmo tempo, como o campesinato, organizado em movimentos socioterritoriais, tem resistido e criado modelos de desenvolvimento contra-hegemônicos. Os artigos deste número percorrem temas que englobam desde o uso corporativo do território pelo agronegócio, a mineração e os grandes projetos de desenvolvimento impulsionados pelo próprio Estado, até a resistência indígena, a educação do campo e o Feminismo Camponês e Popular.

Os artigos que compõem esta edição analisam diferentes países da América Latina que, embora compartilhem de um processo de colonização pautado na exploração, apresentam particularidades resultantes dos processos de formação social, isso porque a América Latina “não corresponde a uma estrutura sociopolítica unificada” (RIBEIRO, 2017, p.

---

<sup>4</sup> Corresponde a aquelas *commodities* que apresentam múltiplos usos, desde alimento até para fins de agroenergia (BORRAS JR., FRANCO, ISAKSON, LEVIDOW e VERVEST, 2015).

17). A diversidade das escalas de análise nos permite observar a multiplicidade das dinâmicas e dos olhares acerca da América Latina.

Iniciamos o número com o artigo “A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará”, de autoria de Leandro Vieira Cavalcante, cujo o objetivo é o debate sobre a territorialização do agronegócio no espaço agrário cearense pautado no uso corporativo do território. Segundo Cavalcante, é a partir da década de 1990 que o agronegócio ganha força no estado, especialmente nas atividades da fruticultura (produção de frutas como melão, banana, caju/castanha, coco, melancia e mamão), da pecuária bovina, da avicultura industrial, da carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) e da floricultura. Cavalcante analisa dez empresas do agronegócio (algumas destas de capital internacional, como o caso da Del Monte e Amway Nutrilite) que estão concentradas especialmente no Vale do Jaguaribe (sobretudo fruticultura) e conclui que estas detêm o controle dos circuitos espaciais produtivos. Como expõe Cavalcante (2019) “as firmas tomaram conta de tudo”.

No segundo artigo, seguindo a lógica do modelo de desenvolvimento hegemônico, o autor Frederico Daia Firmiano aborda a questão da mineração em Minas Gerais através do artigo “A lógica destrutiva da mineração em Paracatu/MG”, cujo objetivo é identificar as formas de degradação social do trabalho e da natureza provocados pela indústria extrativa mineral no município de Paracatu, localizado no Noroeste de Minas Gerais. Paracatu é conhecida pela exploração de ouro e zinco, na qual as empresas Votorantim Metais Zinco e Kinross Gold Corporation (multinacional canadense) se destacam. Firmiano pontua que a extração de minérios no Brasil aumentou vertiginosamente, impulsionada pelo programa governos do Partido dos Trabalhadores (PT), uma mineração “liberal-conservadora”, isto é, “mantém-se a preocupação com a expansão da mineração, porém o governo deixa que ela ocorra sob as forças de mercado, e a renda mineral capturada pelo Estado é transferida para o setor financeiro” (GONÇALVES, MILANEZ e WANDERLEY, 2018, p. 348). Firmiano conclui que há impactos e conflitos gerados por esse modelo, destacando principalmente aqueles oriundos da contaminação intensiva e extensiva por arsênio do conjunto da população.

No artigo “Entre lo global y lo local: las Zonas de Interés de Desarrollo Rural, Económico y Social-Zidres en Colombia”, a autora Juanita Cuellar Benavides, a partir da análise da Lei n. 1.776/2016, que dispõe acerca da criação de Áreas de Interesse do Desenvolvimento Rural, Econômico e Social (ZIDRES), discute sobre os interesses multiescalares em torno do estabelecimento destas áreas, desde o global até o local. Como argumenta Benavides, em escala global, as ZIDRES responderam às pressões pelo acesso e controle de novos territórios (para o avanço do agronegócio e para fins de especulação) e em escala nacional refletem as transformações pelas quais o espaço agrário colombiano tem passado desde a década de 1990. A Lei de ZIDRES é um marco importante na expansão do

agronegócio na Colômbia, especialmente em um contexto caracterizado pela necessidade de incorporação de novos territórios à lógica hegemônica do capital. O artigo em questão nos permite dar continuidade ao debate iniciado no número 51 da Revista NERA, que insere a expansão do agronegócio e de outros modelos predatórios a partir da multiescalaridade e multidimensionalidade (PEREIRA, ORIGUÉLA e COCA, 2020).

No artigo intitulado “Caminhos e Dinâmicas Contemporâneas dos Produtores e Proprietários Rurais de Origem Brasileira no Paraguai”, o autor Valdemar João Wesz Junior tem como objetivo analisar os caminhos e as dinâmicas contemporâneas de produtores rurais e proprietários de terras de origem brasileira no Paraguai, procurando perceber as suas lógicas e a situação atual em termos do controle e posse da terra. Wesz Junior identifica cinco movimentos em relação aos brasileiros que chegaram no Paraguai desde a década de 1960, sendo: I) produtores que chegaram na segunda metade do século XX e que permanecem na mesma região no Paraguai; II) produtores e/ou descendentes que chegaram no país no mesmo período e nos últimos anos avançaram para o seu interior; III) atores que chegaram no país mais recentemente, investindo na produção agropecuária e/ou aquisição de terras; IV) produtores que optaram por deter terras tanto no Paraguai quanto no Brasil e; V) produtores rurais que, por diferentes motivos, retornam para o Brasil. O artigo evidencia a diferenciação e heterogeneidade entre os diferentes agentes e sujeitos que, muito embora sejam oriundos do mesmo país, apresentam diferentes condições econômicas, acesso a terra, técnicas e culturas nos diversos regimes de controle e estrangeirização do território (PEREIRA, 2018).

Ainda em relação ao modelo de desenvolvimento hegemônico pautado no agronegócio, María Dolores Liaudat com o artigo “Nosotros y los Otros. Identificaciones colectivas y construcción de la alteridad en los actores del agro pampeano (Argentina)”, objetiva investigar as identificações coletivas dos atores do do espaço agrário pampeano, na Argentina, prestando atenção à influência do discurso do agronegócio nas ações destes agentes, que são frações empresarias pequenas e médias, produtores familiares, contratistas e rentistas. O pampa argentino é caracterizado pelas transformações na estrutura agrária resultado do cultivo de soja na região, que desde 1996 transformou todo o mapa produtivo expandindo a fronteira agrícola em direção ao noroeste, noroeste e a Patagônia, aumentando a desigualdade e concentração (COSTANTINO, 2017). Liaudat reconhece que agentes do agro reconhecem a existência de relações de dominação, mas que em seus discursos não há alternativas possíveis para mudar tal situação posta.

Ainda sobre a Argentina, o artigo “Los Programas de Desarrollo Rural y las “Comunidades Indígenas” en la provincia de Chaco, Argentina – 1990-2008”, de Roberto Muñoz apresenta como objetivo analisar os programas construídos no marco do conjunto de Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) destinados a reverter o problema da pobreza

rural começou a ser implementado a partir do Estado nacional a partir da década de 1980, que contemplavam mecanismos de aplicação específicos e diferenciados para a população reconhecida como indígena e sua incidência nas comunidades indígenas da província do Chaco. Esta intervenção estatal foi promovida em um contexto de centralização e concentração do capital no agronegócio e foi acompanhada por organismos internacionais de financiamento, evidenciando mais uma vez a multiescalaridade dos agentes e interesses. Muñoz destaca o Proyecto de Desarrollo Rural de las Provincias del Nordeste Argentino (PRODERNEA) (1999-2007), que apresentou como propósito contribuir para a superação das condições que geravam a pobreza rural, contribuição esta pautada da renda e na capacidade de autogestão, sem questionar o modelo de desenvolvimento no qual o mesmo está inserido.

Em diálogo com a contribuição anterior, a autora Julia Lucía Colla, através do artigo intitulado “‘Del otro lado del alambrado’: conflictos territoriales y lucha por la tierra de los campesinos indígenas Qom en el Chaco argentino”, colabora com o debate acerca dos conflitos territoriais (desapropriações recentes e ambientais) que ocorrem em meio ao novo avanço das fronteiras do capital. Colla analisa os campesinos indígenas Qom, povos indígenas que habitam as zonas rurais de Pampa del Indio, província do Chaco, na Argentina, refletindo sobre como os indígenas dirimem esses problemas no terreno jurídico e burocrático, mas também a implementação de estratégias de etnopolíticas através de movimentos sociais, como a Federación Nacional Campesina, onde apelam a apreensão de terras como uma estratégia para coletivamente tornar as reivindicações visíveis e exigi-las em um cenário de maior autonomia de ação e em outras condições políticas. Colla destaca a permanente conflitualidade entre os campesinos indígenas Qom e os novos agentes do agronegócio que se expandem em direção a província do Chaco, uma vez que são formas distintas de habitar o espaço rural.

Inserindo no debate as práticas contra-hegemônicas promovidas pelos movimentos socioterritoriais, a autora Carolina Russo Simon, no artigo “O protagonismo das mulheres na Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI) e a emergência de uma nova concepção de feminismo na Via Campesina” contribui para a discussão do Feminismo Camponês e Popular, vertente criada em 2010 pela Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) e inserida na Via Campesina em 2013. A partir da análise da província argentina de Mendoza, através do Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST), movimento inserido no Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), o objetivo do artigo é debater acerca da importância do protagonismo das mulheres na conformação da UST/MNCI, bem como a atuação indispensável das mulheres latinas nos movimentos camponeses pertencentes a La Via Campesina. Além da importante contribuição sobre como a concepção feminista que está sendo construída na *práxis*, Simon contribui com um importante debate de articulação de escalas na luta pela terra, expondo sobre a UST enquanto



movimento provincial de Mendoza, o MNCI como movimento nacional argentino, a CLOC enquanto espaço de organização em escala latino-americana e La Via Campesina como movimento agrário transnacional (BORRAS JR., EDELMAN e KAY, 2008).

Jessica Aparecida De Avila Follmann e Djoni Roos a partir do artigo intitulado “O processo contraditório de reprodução socioterritorial da juventude camponesa no interior dos territórios de luta pela Reforma Agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu/PR”, refletem sobre as contradições enfrentadas pela juventude camponesa no processo de reprodução socioterritorial nos espaços de luta pela reforma agrária nos municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, ambos localizados na mesorregião Centro-Sul Paranaense, conhecida historicamente pelas lutas camponesas desempenhadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O debate sobre a juventude camponesa é extremamente importante e ganha cada vez mais destaque na discussão sobre a reprodução da luta pela terra e como concluem Follmann e Roos, ser jovem camponês está diretamente relacionado ao modo de vida e de produção do campesinato que, por sua vez, é perpassado pela hierarquização familiar, subordinação juvenil e busca por reconhecimento e autonomia, perante o núcleo familiar camponês.

No artigo intitulado “O materialismo histórico dialético e a pesquisa-ação na construção do conhecimento em Agroecologia”, os autores Leonardo Pereira Xavier, Paulo Henrique Mayer e Antônio Inácio Andrioli analisam sobre a aproximação entre o materialismo histórico dialético e a pesquisa-ação na construção do conhecimento em Agroecologia. Xavier, Mayer e Andrioli pautam a Agroecologia como um paradigma capaz de superar a visão fragmentada, atomista e mecanicista da ciência e construir novas bases para o desenvolvimento sustentável. A pesquisa-ação exposta e analisada pelos autores foi realizada a junto a dois grupos camponeses situados nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, no município de Rio Bonito do Iguaçu, na mesorregião Centro-Sul Paranaense, região caracterizada pela luta pela terra especialmente contra latifúndios e grandes empresas destinadas ao monocultivo de árvores (ROOS, 2016). Nesse cenário, a agroecologia se constitui em um modelo de desenvolvimento contra-hegemônico àquele imposto pelo agronegócio.

Em seguida, por meio do artigo “A produção agrícola por habitantes urbanos no Brasil: Análise dos períodos colonial, imperial e a transição para o século XX”, Claudinei Silva Pereira propõe analisar a produção agrícola no Brasil realizada, especialmente, na cidade ou por seus habitantes nos arrabaldes dos núcleos urbanos. A partir da análise de três momentos distintos, sendo: colonial, imperial e a transição para o século XX, Pereira destaca quais os fatores da produção agrícola no espaço urbano e nos seus arrabaldes. No período colonial, na zona açucareira, fatores como a agricultura de exportação baseada no trabalho escravo e as deficiências no abastecimento urbano contribuíram para a produção agrícola no espaço

urbano. No mesmo período, mas em zonas de atividades de mineração, além dos fatores presentes na zona açucareira, a inflação também influenciou o referido mercado. Já no século XIX, estes fatores de influência foram a restrita divisão social e territorial do trabalho urbano em relação ao rural e a cidade como intermediária da economia de exportação. Por fim, no século XIX, a ampliação dos subúrbios, os vazios urbanos e a formação dos cinturões hortícolas são alguns dos fatores da produção agrícola no espaço urbano.

No artigo com o título “Considerações acerca da expansão geográfica do capital e a luta pela terra na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás”, os autores Evandro César Clemente e João Cleps Junior propõem o debate do conflito e da conflitualidade entre agronegócio e campesinato na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás, área de Cerrado. Desde a década de 1970, o Cerrado brasileiro é alvo de expansão da agricultura capitalista, processo impulsionado pelos interesses de agentes internacionais e promovido pelo Estado brasileiro através de políticas públicas, tais como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). A Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás foi afetada pelo processo através da produção de grãos de soja e milho visando a exportação em detrimento das culturas alimentícias. A expansão do agronegócio foi acompanhada de um intenso movimento de luta pela terra materializado em todo o estado de Goiás através de ocupações de terras. No período entre 1988 e 2015 foram registradas aproximadamente 450 ações de ocupação em todo o estado de Goiás (DATALUTA, 2017). O debate trazido por Clemente e Cleps Junior é, talvez, o exemplo mais evidente do que este número propõe analisar: modelos hegemônicos e contra-hegemônicos, pois, nas palavras dos autores: “a emergência de movimentos socioterritoriais tanto no campo quanto nas cidades se desvelam na conflitualidade existente no território, pelas disputas entre o capital e os movimentos contra-hegemônicos pelo controle do trabalho e da riqueza geradas”.

No artigo seguinte, intitulado “Pré-assentamento Dom Tomás Balduino na reafirmação e recriação da identidade territorial camponesa”, as autoras Amanda Souza Lima e Francilane Eulália de Souza, a partir da análise das narrativas de luta do pré-assentamento Dom Tomás Balduino, localizado no município de Formosa, Goiás apresentam como objetivo debater a luta pela terra enquanto uma maneira de reafirmação e recriação da identidade territorial camponesa, que, nesse caso, é consolidada por meio da ocupação de terras. Formosa tem dezessete assentamentos e o pré-assentamento Dom Tomás Balduino, sendo este vinculado do MST. O pré-assentamento é resultado de ocupações de terras na região desde 2014. A pesquisa de Lima e Souza evidencia que os assentamentos de reforma agrária no Brasil são resultados direto da luta de camponeses e camponesas que atuam sobretudo através de ocupações e manifestações. Nas palavras das autoras a territorialização pré-

assentamento é resultado de uma incessante disputa de território impulsionada pela intensa concentração fundiária.

Introduzindo a dimensão da educação do campo como um projeto contra-hegemônico, o artigo “Da educação do campo à educação geográfica: concepções e experiências de ensinar e aprender na escola família agrícola de Goiás-2019”, de autoria de Edson Batista Silva, analisa os resultados do projeto de extensão intitulado “*Geografia científica, Geografia escolar: os desafios da transposição didática*”, que foi desenvolvido em âmbito da Universidade Estadual de Goiás (UEG), campus Cora Coralina, no decorrer do ano de 2019. O debate trazido por Silva tem enfoque nas experiências de ensinar e aprender, aprender e ensinar na Escola Família Agrícola de Goiás, sustentado nos entendimentos de educação do campo e educação geográfica, contribuíram para a formação crítico reflexiva dos estudantes do curso de Geografia. Silva conclui que projeto em questão promoveu a inter-relação teoria/prática, com entendimentos de educação do campo, de educação rural e de educação geográfica.

Finalizando a edição, os autores Roni Mayer Lomba e Josiane Pereira Cardoso no artigo intitulado “Educação do campo e pedagogia da alternância: uma análise das Escolas Família Agrícola do Amapá”, analisando acerca do papel desempenhado pelas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) do estado do Amapá no que se refere as suas contribuições ao desenvolvimento local. As EFAs no Amapá foram criadas pelas lutas constantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Nacional dos Extrativistas (CNS). Assim, é um projeto pensado e executado de baixo para cima, contra a lógica imposta pelo agronegócio. Lomba e Cardoso concluem que há uma importante história da construção e papel das EFAs no Amapá, fruto da mobilização social e conquistas alcançadas, destacando a relevância da perspectiva da pedagogia da alternância coloca como adequada para a realidade local.

O presente número da Revista NERA nos permite identificar que os modelos de desenvolvimento hegemônicos promovidos pelo agronegócio e inseridos no Paradigma do Capitalismo Agrário assolam toda a América Latina, em cada país com as suas particularidades e singularidades. Concomitantemente, as populações rurais da região se organizam e possibilitam um modelo de desenvolvimento contra-hegemônico.

Desejamos a todos (as) uma boa leitura e que sejam frutíferos os debates!

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; TAVARES, Eduardo. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 190-233, jan.-jun./2019.

ALONSO-FRADEJAS, Alberto; LIU, Juan; SALERNO, Tania; XU, Yunan. Inquiring into the political economy of oil palm as a global flex crop. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 141-161, 2016.

BORRAS JR., Saturnino; EDELMAN, Marc; KAY, Cristóbal. Transnational Agrarian Movements: origins and politics, campaigns and impact. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2-3, p. 169-204, 2008.

BORRAS JR.; Saturnino; FRANCO, Jennifer; ISAKSON, Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 93-115, 2015.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: unidade, diversidade e diferencialidade. **Terra Livre**, ano 28, v. 2, n. 29, p. 37-66, 2012.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **“As firmas tomaram conta de tudo”**: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe. 2019, 298 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2019.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, (1925), 1974.

COSTANTINO, Agostina. La extranjerización de la tierra en Argentina. Continuidades y cambios entre el Macrismo y el Kirchnerismo. **Estudios Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 103-120, 2017.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 214f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008. p. 173-224.

\_\_\_\_\_. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima. **Uma Geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 505-560.

\_\_\_\_\_. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013, 344 f. Tese (Livre Docência em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

\_\_\_\_\_. Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

GEOGHEGAN, Verónica Serafini. **Élites y Captura del Estado. Paraguay: un estudio exploratorio**. Asunción: OXFAM, 2017.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. Neoeextrativismo Liberal-Conservador: a política mineral e a questão agrária no governo Temer. **Okara: Geografia em debate**, v. 12, n. 2, p. 348-395, 2018.

GRAIN. **La República Unida de la soja recargada**. Barcelona: GRAIN, 2013.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899), 1986.

LÊNIN, Vladimir. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural (1899), 1985.

MENDRAS, Henri. **Le fin des paysans**. Paris: Seuil, 1967.

PEREIRA, Lorena Izá. Ciclos de extranjerización y concentración de la tierra en Paraguay. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 64-89, 2018.

PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária no Sul Global. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 09-20, 2020.

PITTA, Fábio; LEITE, Ana Carolina Gonçalves; KLUCK, Eric Gabriel Jones. O boom e o estouro da bolha das commodities no século XXI e a agroindústria canavieira brasileira: da mobilização a crise do trabalho. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p. 41-63, 2020.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a pátria grande**. São Paulo: Global Editora, 2017.

ROOS, Djoni. A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná. **Revista NERA**, ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluidos. Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal**. San Rafael: Plaza y Valdés S.A., 2001.

TURZI, Mauricio. The soybean republic. **Yale Journal of International Affairs**, v. 6, n. 2, p. 59-68, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012, 388 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campo; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. **Terra Livre**, ano 34, n. 52, v. 01, 163-189, 2019.

---

### Como citar este artigo

---

PEREIRA, Lorena Izá; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Conflitualidade e questão agrária: os modelos de desenvolvimento para o espaço agrário latino-americano. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 09-21, mai.-ago., 2020.

---